Opinião

IA pode prevenir feminicídios? Tecnologia não pode substituir a proteção às mulheres

Gabriela Fernandes Cazalli (*)

A discussão sobre o uso de inteligência artificial na segurança pública ganhou força após Fernando Haddad apresentar o SP Protege, programa que propõe o uso de IA na prevenção e investigação de crimes.

Entre as medidas estão o cruzamento de imagens de câmeras, registros de ocorrências e chamadas ao 190 para identificar locais e horários de maior incidência criminal, além de um "Placar da Segurança", com indicadores como homicídios e feminicídios.

A proposta abre espaço para uma discussão que vai além da tecnologia: se a inteligência artificial pode ajudar o poder público a identificar padrões de risco, quais são os limites e as responsabilidades quando essa tecnologia é aplicada à violência contra as mulheres? A IA pode cruzar informações que hoje estão fragmentadas entre delegacias, serviços de saúde, Judiciário e demais instituições da rede de proteção, mas não deve ser tratada como uma ferramenta capaz de "prever" que uma mulher será vítima de feminicídio.

A violência de gênero frequentemente não começa com o ato extremo. Em muitos casos, existe uma escalada marcada por controle, perseguição, ameaças, isolamento, violência psicológica e patrimonial, agressões anteriores, descumprimento de medidas protetivas e intensificação da violência após uma tentativa de rompimento da relação. A presença de armas e ameaças de morte também pode agravar o risco.

É justamente a combinação desses elementos que uma tecnologia poderia ajudar o Estado a identificar com maior rapidez. Mas identificar risco é diferente de determinar destino. Um algoritmo não pode afirmar que uma mulher "será vítima". Seu papel deve ser auxiliar profissionais capacitados a reconhecer situações que exigem atenção prioritária e uma intervenção rápida e qualificada.

Quando proteção pode virar vigilância

A utilização de IA também levanta uma questão jurídica fundamental: até onde podemos utilizar dados pessoais em nome da proteção?

A finalidade de proteger não elimina direitos fundamentais. Qualquer sistema precisa respeitar a Constituição e a legislação de proteção de dados, especialmente princípios como necessidade, finalidade, transparência, segurança e não discriminação.

Há uma diferença entre utilizar informações para proteger uma mulher que já está em situação de violência e criar sistemas capazes de classificar pessoas como "potenciais vítimas". A segunda hipótese é muito mais problemática.

Dados relacionados à violência doméstica podem revelar informações sensíveis sobre saúde, relações familiares, endereço, filhos, rotina e histórico de violência. Proteger mulheres não pode significar retirar delas privacidade, autonomia e dignidade. É preciso saber quais informações são utilizadas, quem poderá acessá-las e sob quais garantias.

A pergunta jurídica não é apenas se podemos utilizar esses dados para protegê-las, mas quem os utiliza, para qual finalidade e com quais mecanismos de controle.

O risco do algoritmo reproduzir desigualdades

Algoritmos aprendem com dados produzidos pela sociedade. Se esses dados carregam desigualdades históricas, a tecnologia pode reproduzi-las ou ampliá-las.

Isso é especialmente preocupante para mulheres que enfrentam mais barreiras para acessar a polícia, a Justiça ou os serviços públicos. Se determinados grupos aparecem menos nos registros oficiais, um sistema pode interpretar a ausência de dados como ausência de risco, quando ela pode representar justamente uma falha de acesso à proteção.

Por isso, uma mulher não pode ser reduzida a uma pontuação de risco. Tampouco uma decisão capaz de afetar diretamente sua vida deve ser tomada exclusivamente por um algoritmo. É fundamental haver auditoria, transparência, revisão humana e mecanismos de contestação.

O objetivo não deveria ser criar um "perfil da mulher que será vítima", mas identificar circunstâncias concretas que indiquem agravamento da violência: ameaças de morte, perseguição, controle coercitivo, acesso a armas, descumprimento de medidas protetivas, aumento da intensidade das agressões e ameaças envolvendo filhos.

A própria mulher precisa estar no centro dessa análise. Muitas vezes, ela percebe a escalada da violência antes que as instituições consigam reconhecê-la. A tecnologia deve olhar para o contexto da violência, e não transformar a identidade da vítima em um conjunto de probabilidades.

O desafio é transformar informação em proteção

O principal desafio, portanto, não é tecnológico. É institucional e estrutural. Já existem dados produzidos por delegacias, tribunais, serviços de saúde e diferentes setores da rede de atendimento. O problema é que essas informações muitas vezes estão fragmentadas e nem sempre são transformadas em uma resposta rápida e efetiva.

De nada adianta um sistema indicar que uma mulher está em situação de alto risco se não houver uma equipe preparada para agir, uma medida protetiva efetivamente fiscalizada e atendimento adequado.

A violência contra a mulher não é apenas um problema de segurança pública. Envolve Justiça, assistência social, saúde, educação e autonomia econômica. A inteligência artificial pode ajudar o Estado a enxergar aquilo que os dados já estão mostrando. Mas enxergar o risco não é o mesmo que proteger.

Prevenir feminicídios exige instituições capazes de acreditar nas mulheres, ouvir suas denúncias, reconhecer a escalada da violência e agir com rapidez quando o risco aparece. A tecnologia pode ser uma ferramenta dessa proteção. Não pode, porém, ser a própria política de proteção.

(*) Advogada do Martins Cardozo Advogados Associados e pós-graduanda em Direito de Gênero.

China: Partido Comunista aperta o controle sobre o mundo digital

O Partido Comunista Chinês (PCC) decidiu enrijecer a supervisão sobre a economia digital, reforçando sua presença junto a empresas de tecnologia, plataformas digitais e profissionais da área. A decisão foi tomada no final de outubro.

Vivaldo José Breternitz (*)

doomu_CANVA



Na prática, Pequim busca integrar ainda mais as atividades do Partido às áreas de produção, inovação, empreendedorismo e controle da população. Reguladores, governos locais e órgãos setoriais serão responsáveis por garantir a implementação dessas diretrizes. O objetivo é assegurar que o crescimento tecnológico permaneça alinhado às prioridades definidas pela liderança do PCC.

A nova orientação também mira trabalhadores de plataformas, como entregadores e motoristas de aplicativos, classificados pelo governo como parte das "novas formas de emprego". O Partido pretende aumentar sua influência junto a esses grupos, considerados mais difíceis de organizar e controlar com a utilização dos métodos tradicionais adotados em fábricas e escritórios.

As medidas combinam integração política e proteção social. Nos últimos meses, o governo já havia definido regras relacionadas à remuneração, períodos de descanso e transparência dos algoritmos usados pelas plataformas. Ao mesmo tempo, busca acompanhar demandas trabalhistas e prevenir tensões sociais, especialmente em um cenário marcado pelo avanço da inteligência artificial.

A iniciativa dá continuidade ao processo iniciado em 2020 com a suspensão da abertura de capital do Ant Group, empresa financeira ligada ao Alibaba. Desde então, gigantes da tecnologia passaram por uma ampla campanha regulatória envolvendo concorrência, riscos financeiros e controle de dados. O objetivo foi reduzir a autonomia de grupos privados que acumulavam crescente influência econômica e social.

Apesar do endurecimento regulatório, as grandes empresas de tecnologia ocupam papel estratégico na política econômica chinesa. Em meio à disputa tecnológica com os Estados Unidos, Pequim depende do setor privado para avançar em áreas consideradas essenciais, como semicondutores, inteligência artificial, robótica e tecnologias verdes.

O PCC também enfatizou a necessidade uso de ferramentas digitais no combate à corrupção. Entre as medidas previstas estão sistemas de supervisão baseados em big data e inteligência artificial para monitorar o exercício do poder público. As autoridades afirmam que essas tecnologias já vêm sendo utilizadas para identificar fraudes e irregularidades em licitações e benefícios sociais.

À medida que se aproxima o Congresso do Partido de 2027, quando Xi Jinping poderá buscar um quarto mandato, a liderança chinesa procura fortalecer a disciplina interna e ampliar sua capacidade de implementação de políticas.

O desafio será equilibrar inovação, crescimento econômico e um controle político cada vez mais presente sobre a economia digital.

Medidas como essas podem ser implantadas com relativa facilidade em ditaduras, como a chinesa. Aqui no Brasil, temos políticos apresentando prepostas similares, o que evidentemente é um atentado à democracia.

(*) Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo, é professor, consultor, diretor do Fórum Brasileiro de Internet das Coisas e pesquisador colaborador da Faculdade de Medicina de Jundiaí – vjnitz@gmail.com.

News @ TI

ricardosouza@netjen.com.br

Reconhecida como Challenger no Gartner® Magic Quadrant™ de 2026 para Privileged Access Management

@A Segura™, empresa global de segurança de identidade, foi reconhecida como Challenger no Gartner® Magic Quadrant™ de 2026 para Gestão de Acesso Privilegiado. Este feito marca o quinto reconhecimento da Segura no Gartner® Magic Quadrant™ para PAM. À medida que o acesso privilegiado se expande para funcionários, prestadores de serviço, contas de serviço, cargas de trabalho (workloads), aplicações e sistemas autônomos, acreditamos que a necessidade de um controle de identidade mais amplo só aumenta. A abordagem da Segura é resumida em uma única ideia: Toda Identidade Sob Controle. O Magic Quadrant™ avalia os fornecedores de PAM com base nos critérios de Ability to Execute (Capacidade de Execução) e Completeness of Vision (Visão Abrangente). Seu relatório complementar, o Critical Capabilities, traz uma análise detalhada sobre recursos técnicos específicos e Casos de Uso (segura.security).

Orguel automatiza mais de 70% da fábrica e leva inteligência artificial à produção

@Mais de 70% dos processos da fábrica da Orguel, em Vespasiano, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, já são automatizados ou robotizados. Gerida pela Mecan, braço fabril do grupo, a unidade produz andaimes, escoramentos e outros equipamentos e vem incorporando novas máquinas, robôs e soluções de inteligência artificial a diferentes etapas da produção. Um dos investimentos recentes foi uma perfiladeira para fabricar pisos metálicos de andaimes. Corte, dobra e conformação, antes realizados com maior intervenção manual, passaram a ser automatizados. A máquina produz até 16 modelos de pisos e aumentou em cerca de 20% a produtividade dessa operação, além de ampliar a padronização das peças. A etapa de soldagem também foi aprimorada. Um dos robôs passou a realizar a união de algumas peças, mantendo as especificações do processo manual, mas com maior padronização na execução. Nessa etapa, o ganho de produtividade foi de aproximadamente 20%. Já outra máquina passou a automatizar a soldagem de componentes dos andaimes multidirecionais tipo roseta.

Tour House Viagens Corporativas estreia como expositora na CONASEC e apresenta IA integrada

@A Tour House Viagens Corporativas Tech Human participou pela primeira vez como expositora da CONASEC (Conferência Nacional do Secretariado), realizada no fim de outubro, no Hotel Pullman Vila Olímpia, em São Paulo. Como parceira oficial do evento, a empresa apresentou suas soluções de tecnologia para viagens corporativas. O destaque foi para a IA Integrada TH, ferramenta que permite pesquisar voos e hotéis por meio de conversas no OBT, acompanhar indicadores de custos em tempo real e realizar aprovações de viagens pelo WhatsApp. A participação teve como foco o conceito Tech Human adotado pela empresa, que combina automação e atendimento humanizado na gestão de viagens corporativas. As soluções foram apresentadas considerando as necessidades do público do evento, formado principalmente por secretárias executivas, assistentes e office managers responsáveis pela organização de viagens dentro das empresas.

IPCOM promove agenda de debates sobre regulação previdenciária e proteção de dados

@O Instituto de Previdência Complementar e Saúde Suplementar (IPCOM) promove, ao longo do mês de novembro, uma série de debates online focados nas transformações regulatórias, na proteção de dados e nos rumos da previdência no país. A agenda reúne especialistas do setor e entidades do meio jurídico e previdenciário. A vice-presidente do IPCOM, advogada e professora Ana Paula Oriola De Raeffray, faz um convite aos profissionais do setor, advogados, gestores de fundos de pensão e acadêmicos para acompanhar as discussões. "Novembro traz temas fundamentais que impactam diretamente a gestão e a segurança jurídica da previdência complementar. Convidamos todos a participar ativamente dessa construção técnica e institucional", destaca. As transmissões serão 100% online (www.ipcom.org.br), (ipcom.org.br/eventos), (@ipcom_org) (@ipcombrasil6900).

Sony resgata clássico do Walkman® com novos fones MDR-3R e edição especial de Stranger Things

@A Sony anuncia o MDR-3R, fone de ouvido com fio e conexão USB-C que resgata o conceito do clássico MDR-3, lançado junto com o primeiro Walkman® TPS-L2, em 1979. A novidade combina o design que marcou a história do áudio portátil com recursos de conectividade e usabilidade desenvolvidos para atender às necessidades dos consumidores atuais. Inspirado no modelo original, o MDR-3R preserva elementos de seu design icônico e incorpora funcionalidades contemporâneas, como conexão USB-C integrada, microfone para chamadas e controle remoto no próprio cabo. A Sony também apresenta uma edição especial em colaboração com Stranger Things, série da Netflix que resgata referências culturais dos anos 1980. A novidade combina a estética da produção com a tradição do áudio portátil da marca (https://www.sony.com.br/).

BRLink lidera quatro categorias do estudo ISG sobre o ecossistema AWS no Brasil

@A BRLink, empresa brasileira de serviços de tecnologia em nuvem pertencente à Ingram Micro, foi reconhecida como líder em quatro quadrantes do estudo ISG Provider Lens® AWS Ecosystem Partners 2026 Brazil. O posicionamento consolida a maturidade da companhia no mercado brasileiro e a amplitude de sua atuação no ecossistema da Amazon Web Services (AWS), com serviços que abrangem consultoria, gestão de ambientes em nuvem, dados e inteligência artificial (https://www.brlink.com.br/).

Empresas & Negócios

José Hamilton Mancuso (1936/2017) | **Laurinda Machado Lobato (1941-2021)** | **José Leonil Lobato (1939-2026)**

Responsável: **Lilian Mancuso**

Editorias
Economia: Nelson Tucci (nelson.tucci@netjen.com.br)
Mercado/Negócios/Tecnologia/Agronegócios/
Espaço empresarial: Ricardo Souza (ricardosouza@netjen.com.br);
Livros: Ralph Peter (ralphpeter@agenteliterarioralph.com.br)
Comercial: comercial@netjen.com.br
Publicidade Legal: lilian@netjen.com.br

Webmaster/TI: Fabio Nader; *Editoração Eletrônica:* Ricardo Souza.
Revisão: Maria Cecília Camargo; *Serviço informativo:* Agências Brasil, Senado, Câmara, EBC, ANSA.

Artigos e colunas são de inteira responsabilidade de seus autores, que não recebem remuneração direta do jornal.

Colaboradores: Ana Luisa Winckler, Carol Olival, Claudia Lazzarotto, Denise Debiasi, Fabiana Monteiro, Geraldo Nunes, Heródoto Barbeiro e Neiva Mendes

ISSN 2595-8410

Jornal Empresas & Negócios Ltda
Administração, Publicidade e Redação: Rua Joel Jorge de Melo, 468, cj. 71 – Vila Mariana – São Paulo – SP – CEP.: 04128-080
Telefone: (11) 3106-4171 – E-mail: (netjen@netjen.com.br)
Site: (www.netjen.com.br). CNPJ: 05.687.343/0001-90
JUCESP, Nire 35218211731 (6/6/2003)
Matriculado no 3º Registro Civil de Pessoa Jurídica sob nº 103.